

“MINHA TERRA É UMA NAÇÃO”: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E LUTA PELA TERRA EM CARINHANHA-BA

RONALDO SANTIAGO LOPES¹

FRANCISCO HERBERT PIMENTEL MONTEIRO²

Resumo: O texto tem por objetivo analisar as questões de identidade e tradições culturais dos descendentes de escravos que habitam no município de Carinhanha-BA, mais especificamente as comunidades quilombolas Barra do Parateca e Estreito. Analisamos como moradores de comunidades remanescentes de quilombo reelaboram sua identidade negra, dentro do grupo e fora dele, a partir do contato interétnico. O contexto em que essa identidade é acionada e atualizada ocorre em situações de conflito envolvendo concentração fundiária e os impactos da instalação de grandes empreendimentos. Nessa discussão, o ponto de partida é a atualização do conceito de quilombo, contextualizando os processos sociais que engendram a identificação étnica dos grupos pesquisados.

Palavras-chave: *Quilombo. Comunidade. Identidade.*

INTRODUÇÃO³

As trajetórias das comunidades analisadas nesse artigo que compõem uma parte significativa da história e da cultura de Carinhanha porque retratam traços marcantes do povo desta cidade, ou, melhor dizendo, de toda essa região abençoada pelas águas do Velho Chico. Água é sinônimo de riqueza, porque pressupõe saciedade, fertilidade e abundância de alimento para aqueles que podem usufruir dela.

1 Graduado em Ciências Sociais pela *Universidade Estadual Vale do Acaraú* (UVA), Sobral-CE. Mestrando em Antropologia Social – PPGAS/*Universidade Federal do Rio Grande do Norte* (UFRN). Pesquisador associado ao *Laboratório de Estudos em Movimentos Étnicos* (LEME). E-mail: ronaldosl.sobral@gmail.com

2 Mestre e Doutorando em Sociologia pela *Universidade Federal do Ceará* (UFC). E-mail: fcoherbert@hotmail.com

3 Uma primeira versão deste artigo foi publicada no livro *Carinhanha: Entre Rios de História*. Como se tratava de uma publicação para um público mais amplo, os autores do artigo modificaram o texto, acrescentando um referencial teórico-analítico pertinente às situações sociais aqui discutidas. Sobre o livro, cf. MACKELLENE *et al*, 2012.

As terras próximas ao rio São Francisco sempre foram alvo da cobiça e da ambição de pessoas que só viam nessas terras uma forma de acumular riquezas, de construir patrimônio à custa da exploração irracional dos recursos naturais da região, exploração cujas consequências podemos ver já nos dias de hoje. Bem diferente dos povos nativos que, há muitas gerações, vivem do e com o rio, parte de suas próprias vidas. Suas histórias, práticas e modos de vida, crenças e cosmologias têm no Rio São Francisco o principal elemento constitutivo.

É neste cenário de contrastes e lutas que se estabelece a história de diversas comunidades ribeirinhas da margem esquerda do São Francisco, particularmente, no município de Carinhanha, localizado na região do Médio São Francisco, há 899 km de Salvador. Elas enfrentaram e até hoje enfrentam obstáculos para permanecer em seus territórios. Primeiramente, é preciso esclarecer que o território é muito mais do que um pedaço de terra, pois se constitui de lugares que guardam lembranças, trajetórias e sentimentos inscritos no corpo e na alma de cada morador. O chão onde pisam é muito mais do que um encaço para os pés, é aquilo que dá segurança, que os norteia e lhes faz sentir protegidos dos perigos “lá de fora”.

É a junção da terra habitada como os sentidos⁴, memórias, experiências, percepções e destinos comuns que servem de suporte para construção de uma identidade sociocultural e territorial.

Essas identidades se tornam evidentes, se manifestam, quando esses povos e comunidades têm seus territórios ameaçados pela especulação imobiliária, pela cobiça de fazendeiros ou quando se encontram em áreas inseridas em grandes empreendimentos. Algumas dessas situações foram ou estão sendo vivenciadas em comunidades como Barra do Parateca, Estreito, Canabrava⁵ e Três Ilhas. Às duas primeiras se acrescenta o elemento étnico, pois são comunidades que reivindicam uma identidade quilombola.

As comunidades Remanescentes de Quilombo, contemporaneamente, são *grupos étnicos* que compartilham de um passado comum, de valores, práticas, rituais e tradições que os distinguem de outros grupos. Acrescenta-se a isso, um histórico de resistência a toda forma de opressão e a defesa de um território comum⁶. Ao desenvolver a noção de *grupo étnico* como uma forma de organização social, Barth (2000) ganhou importância substancial nesses estudos. Ele definiu que são os atores sociais que selecionam quais sinais diacríticos e quais padrões de organização serão relevantes para o grupo, afinal,

4 Importante é dizer que estamos empregando o termo “sentido” atribuído por Cardoso de Oliveira (1998), ou seja, “sentido” consagrado ao horizonte semântico do “nativo”, enquanto o “significado” serve para designar o horizonte semântico do antropólogo, que é constituído por sua disciplina.

5 Das três comunidades citadas, somente Canabrava não se encontra na margem do São Francisco, estando no centro-norte do município, banhada pelas águas do Riacho Canabrava.

6 Ver Art. 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da *Constituição Federal* de 1988.

sejam quais forem os valores sociais escolhidos coletivamente, a importância é que essas características são utilizadas na manutenção de fronteiras distintivas.

Entretanto, essa distinção passa a se tornar visível a partir de estímulos externos, ou seja, quando os grupos sentem a necessidade de estabelecer critérios que os diferenciem dos outros num contexto intersocietário. Geralmente, esse processo acontece em momentos de conflito, sobretudo, aqueles envolvendo os territórios onde vivem tradicionalmente.

A partir desta noção, é necessário esclarecer a importância de compreender que tais comunidades não são obrigatoriamente resíduos de um passado colonial e escravagista, mas também são grupos que se constroem e reconstroem a partir de elos sociais e culturais que ligam o passado ao presente.

Nesse contexto, os relatos históricos contados nas próximas linhas tratam de conflitos pela posse de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades que lutam para permanecer em seus territórios, utilizando todos os instrumentos de que dispõem para tornarem legítimas suas reivindicações. Na construção dos instrumentos de defesa, as relações de parentesco, as crenças e rituais religiosos, as tradições culturais e a organização política se misturam para compor a história e a identidade dessas comunidades.

Por isso, decidimos contar a trajetória dessas comunidades que têm em comum uma relação marcante com o lugar onde vivem e que, no confronto com fazendeiros e órgãos do Estado que tentam usurpar seus territórios, narram a própria história para convencer a todos da justiça de sua luta a fim de poder permanecer nos locais onde vivem. Nestas narrativas, o território está intrinsecamente relacionado aos rituais religiosos, às danças e festas, práticas de subsistência e uso comum dos recursos naturais, entre outros aspectos da vida cotidiana. A questão do uso comum da terra, por exemplo, quando confrontada com outros modelos agrários, descortina o caráter complexo da relação que os indivíduos possuem com a terra, através de vínculos identitários, relações cosmológicas, ecológicas e de modos de produção específicos que transcendem a esfera meramente racional, utilitária e mercantil.

As *terras de uso comum* designam situações em que o controle dos recursos naturais necessários à sobrevivência de seus habitantes não é exercido de forma livre e individual, mas através de normas específicas instituídas para além do código legal, nos quais a coletividade está acima dos interesses individuais. A ocupação do território não segue uma divisão racional entre os membros, mas se efetiva a partir de uma lógica comunal, tanto no que se refere à produção como aos limites de terra que cada família pode utilizar (ALMEIDA, 2008).

Tais processos não eliminam os usos econômicos da terra, muito menos são pautados somente por relações consensuais e homogêneas. Afirmamos isso para que não se pense que o conflito inexistente, pelo contrário. Entretanto, o significado dado ao território difere significativamente daquele dado pelo latifundiário, onde a terra é apenas o meio para se chegar a um fim: a riqueza.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BARRA DO PARATECA

Barra do Parateca está localizada na margem esquerda do Rio São Francisco, distante 50 km da sede do município de Carinhanha. A comunidade teve sua origem como um desmembramento da Fazenda Várzea Grande, já no tempo da família “Bastos”. Segundo relatos, o Major Olegário Bastos detinha a posse das terras que compreende a região onde está localizada Barra do Parateca. Segundo Maria Pereira Rocha, liderança local, a comunidade era uma fazenda devoluta em que a família dos Bastos chegou e de que tomou posse, da Volta até o Espírito Santo⁷. Major Olegário Bastos, montado em um cavalo, demarcou as terras pra ele, os irmãos e demais familiares. Como o fazendeiro não tinha herdeiros, deixou sua herança para os sobrinhos, filhos de Maria Cota Bastos, sua irmã, e Sinésio Bastos.

A ancestralidade das famílias que hoje habitam a comunidade remonta à figura de certo homem chamado José Ribeiro, que veio do outro lado do São Francisco para Barra do Parateca em busca de trabalho. José Ribeiro, inicialmente um agregado, tornou-se funcionário da família Bastos, trabalhando como vaqueiro. Com o passar do tempo, tendo adquirido a confiança dos patrões por seus serviços prestados, Major Olegário, por meio de um acordo, “*arranja*” um casamento entre José Ribeiro e Filomena, filha de uma escrava que vivia na fazenda de Homero Bastos, filho de sua irmã Maria Cota. Dessa união originaram-se as famílias existentes hoje na comunidade.

Com o casamento, José Ribeiro recebeu um pedaço de terra da família Bastos. Algum tempo depois, Ribeiro trouxe outras pessoas para se agregarem nesse pedaço de terra. Segundo relatos locais, algumas famílias vieram de localidades como Parateca⁸, Riacho do Santana, Rio das Rãs entre outras.

A origem do nome da comunidade veio devido a um córrego local que formava uma barra no encontro com o São Francisco, na altura de Parateca, no lado direito do rio. O córrego era chamado de “*Barra*”, e como estava em frente à localidade de Parateca, o recém criado povoado passou a ser denominado Barra do Parateca.⁹ Atualmente, a comunidade possui uma população de aproximadamente 1.200 pessoas distribuídas em mais de 240 famílias.

Embora a luta pelos direitos sociais e fundiários da comunidade quilombola de Barra do Parateca tenha iniciado há alguns anos, um fato específico se configura como um marco étnico da luta pela afirmação identitária, pela busca dos direitos sociais, étnicos e fundiários da comunidade: a

⁷ Localidades próximas a região da antiga fazenda.

⁸ Parateca está no lado direito do rio São Francisco. De acordo com alguns relatos, José Ribeiro vivia nesta localidade antes de se fixar em Barra do Parateca.

⁹ Para uma descrição mais detalhada sobre Barra do Parateca, conferir o trabalho de Pinto (2000).

discriminação sofrida por uma adolescente da Barra do Parateca por colegas da escola onde estudava, numa localidade vizinha.

Aconteceu na Escola Municipal José Rodrigues de Brito, localizada na Vila São João, onde Pedrina Mendes dos Santos e outras estudantes da comunidade cursavam o Ensino Médio. Durante o tempo em que permaneceram na escola, as estudantes eram vítimas de ofensas e xingamentos. Pedrina conta que quando chegavam ao portão da escola, se ouviam piadas e comentários preconceituosos do tipo “*o navio negreiro aportou no porto*”.

O caso foi levado à direção da escola, que não tomou as devidas providências. No sentido de buscar respeito, sob orientação da professora Heldina Pereira Pinto, Pedrina se reuniu com os líderes da comunidade na Igreja de São Judas e juntos realizaram um abaixo-assinado denunciando a discriminação. A mesma encaminhou o documento ao promotor, que logo enviou uma intimação à escola e outra ao aluno responsável pelas ofensas.

Ao receber a intimação, o diretor da escola tentou amenizar a situação dizendo que não havia tido nenhum ato de discriminação. Pedrina respondeu afirmando que havia sim atos de discriminação, e que ela estava bem explícita, sendo vista em frases escritas nas carteiras, no banheiro, paredes, nas palavras e atitudes de alguns alunos. Pedrina ainda relata que no final de um dia de aula, quando se dirigia ao ônibus que a levaria para casa, o aluno que havia sido intimado partiu em sua direção pilotando uma moto em alta velocidade tentando agredi-la. Com o grito de uma colega, Pedrina conseguiu se desviar, mas mesmo assim o estudante jogou a moto por cima dela que caiu na calçada.

O Caso foi levado novamente ao promotor e à rádio de Carinhanha, onde ela mesma esclareceu o acontecimento. Aproveitou também a ocasião para pedir segurança, pois estava sendo ameaçada. No dia seguinte, o pai do estudante foi até a escola com um cabo de machado com o intuito de agredir Pedrina, que acabou ficando encurralada na sala, sem poder ir embora. A polícia chegou à escola e a escoltou até a porta do ônibus. Depois disso, a estudante não retornou mais à escola.

O fato relatado acima poderia ser mais um dos inúmeros casos de preconceito étnico-racial sofrido por dezenas de pessoas cotidianamente neste país e em outros espalhados pelo mundo. Entretanto, ele adquiriu um significado histórico e simbólico em Barra do Parateca, sobretudo porque despertou na comunidade uma reação que se manifestou num processo de organização cujo objetivo era, ao mesmo tempo, a luta contra a discriminação e a afirmação de uma identidade étnica.

A identidade depende de um contraponto, de um processo de diferenciação, de separação, de ruptura para ganhar significação. No caso relatado, isso pode ser visualizado pelo fato acontecido com a adolescente, onde o preconceito sofrido subjaz a uma ação de diferenciação por parte do ofensor. Entretanto, a demarcação de fronteiras identitárias pode ser percebida pelos agenciamentos produzidos como reação ao preconceito, de modo que as identidades e as divisões a que implicam os sujeitos não são práticas neutras, e sim estão permeadas por conflitos e negociações. Nesse sentido, a identidade é também uma questão de poder, de política (WOODWARD, 2000).

O ato discriminatório passou a ter um sentido político e cultural, pois ao mesmo tempo em que as famílias de Barra do Parateca organizaram uma reação contra o preconceito, também iniciaram a luta pelo reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo. Com a ajuda de uma professora universitária e de um advogado, a comunidade funda a ONG *Movimento pela dignidade, cidadania do povo negro do meio rural de Barra do Parateca*. A instituição foi fundada no dia 27 de novembro de 2005 e passou a ser de suma importância para as ações etnopolíticas da comunidade, principalmente de construir uma história pautada na memória coletiva que, apesar de um histórico de lutas, ressalta o orgulho e o pertencimento ao lugar de origem, visto no discurso das lideranças locais.

Em conversa com alguns líderes da comunidade, percebe-se o interesse, o prazer e a satisfação de relatarem a história da comunidade. São pessoas que não se envergonham de suas origens, valorizam sua história e fazem questão de expor, para todos, as lutas em busca de reconhecimento e garantia dos direitos que lhes possibilitam uma vida melhor.

Nesse contexto étnico, a história de luta pela terra nessa região teve sua primeira vitória em 2005, quando a comunidade recebeu da *Fundação Cultural Palmares* a carta de reconhecimento como uma área remanescente de quilombo. Em 2008, com apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Movimento Estadual de Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas – CETA, foi fundada a Associação Agropastoril Quilombola de Barra do Parateca.¹⁰ Desde então, a comunidade vem lutando junto ao INCRA para a regularização fundiária da comunidade como terras quilombolas.

O histórico de conflito e luta pela permanência na terra em Barra do Parateca remonta aos anos 1970, com o projeto de reassentamento das famílias que tiveram suas terras inundadas pela barragem do Sobradinho. Na época, o INCRA iniciou a construção de Agrovilas para receber as famílias desapropriadas. No entanto, não se importou com as famílias e povoados que já habitavam a região. A truculência e o autoritarismo do órgão federal levaram muitas famílias de Barra do Parateca e outras localidades a abandonar suas terras com medo de represálias da polícia, caso não saíssem de lá.

Com a saída de uma parte das famílias, alguns fazendeiros se aproveitaram para se apossar das terras e se proclamarem donos das propriedades. Alguns anos depois, as famílias voltaram, porém, agora os fazendeiros foi que passaram a resistir e ameaçar as famílias que tentavam voltar aos seus territórios. Desde então, a comunidade de Barra do Parateca vive espremida numa área de pouco mais de 18 hectares, aguardando a regularização fundiária pelo INCRA.

A luta se intensificou no dia 03 de maio de 2008, quando os quilombolas reocuparam e utilizaram para o plantio as terras próximas do rio São Francisco, em área que pertence à União. Um grupo de fazendeiros entrou na justiça, a Associação foi processada e algumas lideranças foram criminalizadas.

¹⁰ Faz-se necessário fazer menção ao importante e decisivo apoio da Igreja Católica nas lutas pela terra em Carinhanha. As pastorais sociais e algumas lideranças religiosas tiveram uma atuação intensa na mobilização e na assessoria política às comunidades negras rurais deste município, sobretudo a partir da década de 1970.

Uma dezena de processos de interdito proibitório foi impetrada em uma semana contra a comunidade. Além disso, houve uma operação truculenta da polícia federal, que destruiu casas, roçados e hortas das famílias de Barra do Parateca, além da prisão de uma liderança local. Somam-se a isso as ameaças de morte aos coordenadores da associação

Em 18 de julho de 2008, houve uma Audiência Pública na região, e o pedido de reforço policial para a área feito pela justiça federal diminuiu temporariamente as tensões na região. O INCRA iniciou as etapas para a regularização fundiária, tendo inclusive concluído o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola de Barra do Parateca. A comunidade aguarda a publicação em Diário Oficial e o prosseguimento do processo de regularização e titulação de sua terra.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ESTREITO

A comunidade de Estreito, também situada na margem esquerda do Rio São Francisco, teve seu processo de formação semelhante às demais comunidades situadas nas margens do Velho Chico. Segundo relatos orais, as primeiras famílias chegaram nas primeiras décadas do século XX, vindas de fazendas e localidades como Parateca, Pilão Arcado, Remanso, Macaúba, Bom Jesus da Lapa e Feira de Santana. De acordo com Seu Elias, liderança local e Pai de Santo, os que vieram de mais longe, teriam migrado em busca de água e terras férteis no período de uma seca intensa ocorrida na década de 1930.

Ao chegar ao leito do São Francisco, conta ele, teriam encontrado um paraíso, rico em água, peixe, frutos e terras férteis para o plantio agrícola. Entretanto, os primeiros núcleos familiares que chegaram ao local se depararam com uma densa mata, tendo que desbravar a terra a partir do leito do rio.

Ainda segundo Elias, a família Bastos teria se apropriado das terras onde se formaria a comunidade do Estreito. Algum tempo depois, a família teria vendido uma parte da terra para Otávio Barbosa, que, por sua vez, a teria vendido para um fazendeiro gaúcho por nome Lindolfo.

Ao longo de várias décadas, as famílias do Estreito teriam ocupado as terras na condição de “posseiros”. Alguns sendo obrigados a ceder pedaços de terras, com suas roças, para aqueles que se diziam proprietários da terra. Tal situação durou até a década de 1970, quando os fazendeiros foram indenizados pelo INCRA, que pretendia transformar o local em área de Reserva Legal do projeto das Agrovilas.

Com a indenização, os fazendeiros se retiraram da terra, como também algumas famílias do Estreito e de outras comunidades próximas que aceitaram os lotes doados pelo INCRA nas Agrovilas.

Entretanto, a maior parte das famílias resolveu permanecer no local e lá estão até hoje. Até bem pouco tempo, as habitações eram espalhadas ao longo do território da comunidade, mas com a chegada da energia elétrica as famílias foram reassentadas em casas construídas pelo INCRA em duas ruas principais. Com isso, houve uma separação entre o espaço de habitação e o de trabalho, já que as roças ficam um pouco distantes das casas.

Atualmente, a comunidade do Estreito é distribuída em mais de 40 famílias que descendem basicamente de dois ancestrais: Seu Cipriano, falecido recentemente, e Dona Maria das Neves, que morreu em 2008. Há aqui, portanto, certo vínculo de solidariedade familiar e social. Seu Cipriano faleceu aos 98 anos de idade e foi um dos principais moradores do Estreito. Ficou conhecido na comunidade como rezador, pelo seu ofício de interceder pela cura das enfermidades das pessoas que o procuravam. Quando alguém era acometido com algum tipo de doença, logo procurava Seu Cipriano para ser rezado por ele.

Dona Maria das Neves foi uma das pessoas que prezavam bastante pelas tradições cristãs no Estreito. Conhecida popularmente como *Badega*, hoje já falecida. Segundo o relato de Domingas, sua nora e ajudante, Dona Maria das Neves reunia toda a comunidade para rezar em sua casa nos dias dos santos de que era devota. Rezava na Semana Santa e principalmente na Festa do Divino, no mês de maio.

Na Festa do Divino, Maria das Neves mantinha o costume de levantar e fincar o mastro com a bandeira do Divino hasteada. De acordo com alguns moradores, há uma tradição que reza que se a bandeira cair do mastro é porque a pessoa que a hasteou, a que comanda o levantamento, morrerá antes do levantamento do mastro no ano seguinte. Curiosamente, quando Dona Maria das Neves levantou o mastro pela última vez, em 2009, a bandeira caiu. Pouco tempo depois, ela veio a falecer. Após sua morte, não se praticou mais o costume de levantar o mastro do Divino. Além disso, infelizmente, ninguém quis continuar as rezas e reuniões que Maria das Neves fazia costumeiramente, estando ainda seu oráculo com todas as imagens que ela utilizava para rezar guardado na casa de um de seus netos.

Diferente da Barra do Parateca, a situação fundiária da comunidade do Estreito é relativamente tranquila e estável, já que não há conflito pela posse da terra, embora a comunidade ainda não tenha o título definitivo da propriedade. Em tese, numa perspectiva extramente utilitarista, a busca pelo reconhecimento oficial da identidade quilombola não seria um bom empreendimento, dados os aspectos fundiários estarem parcialmente resolvidos e principalmente porque o reconhecimento tem se mostrado historicamente um processo lento.

Entretanto, em 2006, a comunidade do Estreito iniciou, junto à *Fundação Palmares*, seu processo de reconhecimento como Remanescente de Quilombo. Nessa época, receberam ajuda de instituições como CPT, CETA^e e das lideranças da Barra do Parateca. A luta dos vizinhos serviu também de estímulo

e referência para que as famílias do Estreito pudessem tomar consciência do que o reconhecimento étnico representa aos quilombolas.

Ao perguntar às lideranças locais que motivações impulsionaram a comunidade a buscar seu reconhecimento, três aspectos fundamentais apareceram no discurso das lideranças: o primeiro se refere à questão da “luta” e no sentido que esta palavra assume, compreendendo desde os deslocamentos vivenciados pelos ancestrais em busca de terra até o esforço conjunto para garantir à coletividade uma vida digna no presente e no futuro. O segundo aspecto está relacionado aos laços de parentesco, sanguíneos e afetivos, que une as famílias em torno de uma memória coletiva que constrói uma história singular, marcada pela solidariedade social. O terceiro aspecto se manifesta na relação com o território compartilhado, bem como o valor social, político e cultural atribuído a ele.

Ao ser questionado pelo motivo do reconhecimento étnico, Seu Elias afirma que sua “terra é uma nação”, ou seja, um lugar portador de uma coletividade, uma terra comum, relações etnoambientais e formas de existência pautadas numa história compartilhada. A liderança local complementa sua fala em defesa do reconhecimento jurídico-administrativo da terra enquanto quilombola afirmando que “no quilombo é difícil vender a terra”, e que “quer deixar a terra para seus netos”.

O desejo de Seu Elias expressa uma lógica de ocupação da terra que a vê não como uma mercadoria, passível de negociação, mercantilizada, mas como um lugar-refúgio, portadora de uma história de luta, resistência e vitórias, bem como da memória e identidade coletiva que deve ser repassada para as futuras gerações da comunidade.

Elias e os demais moradores do Estreito continuam a espera desse reconhecimento, tendo em vista que até hoje ainda aguardam a chegada do Certificado de Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, emitida pela Fundação Cultural Palmares. Lembrando que o certificado é apenas a etapa inicial do processo de regularização territorial, infelizmente estimamos que a tão sonhada titulação do território quilombola se arraste por mais alguns anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Barra do Parateca e Estreito são apenas duas, das inúmeras comunidades negras que vivenciam dilemas relacionados à posse das terras que tradicionalmente ocupam. Como relatamos acima, os conflitos fundiários e a luta pela plena regularização de suas terras evidenciam que para além do valor estritamente econômico, o que move essas coletividades são vínculos historicamente construídos, relações sociais e formas organizacionais diretamente relacionadas ao espaço onde vivem que numa intrincada relação constituem territorialidades. Esse conceito aglutina uma série de processos

socioambientais que se configuram como pertinentes à situação de muitas comunidades étnicas e camponesas.

Segundo Paul Little, a territorialidade se manifesta como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. Neste contexto, aspecto telúrico é apenas um dos elementos, o catalisador, de um complexo tecido de práticas e sistemas sociais, cosmologias, relações etnoambientais e representações simbólicas dos grupos que habitam nesses territórios (LITTLE, 2002).

É por isso que a territorialidade, ainda segundo o autor supracitado, é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p.3). O acionamento da identificação étnica visando prioritariamente a defesa de seus territórios, situações protagonizadas em Barra do Parateca e Estreito, se configuram como um dos momentos em que essa força latente se manifesta explicitamente.

Porém, é importante ressaltar que a territorialidade não pressupõe compreensões cristalizadas sobre os limites de um território, nem mesmo a essencialização deste. Sua construção é histórica, portanto, está sujeita a contingências, dinâmicas e processos sociais que atualizam as concepções, limites, usos e representações simbólicas que os grupos sociais têm de seus territórios.

Os exemplos de Barra do Parateca e Estreito somente evidenciam que os processos sociais e políticos decorrentes dos conflitos fundiários acabam modificando as relações territoriais, exigindo que as famílias redefinam os espaços destinados a reprodução física e cultural das comunidades, na maioria das vezes insuficientes para a esta finalidade, configurando uma contradição ao que define a legislação brasileira sobre a questão territorial de comunidades quilombolas.

Portanto, é no desenrolar de um longo e lento processo de lutas, resistências, acomodações e intervenções governamentais que a territorialidade destas comunidades vai se redefinindo ao longo tempo. Lamentavelmente, a história e a realidade social atual tem mostrado que nesse jogo as comunidades quilombolas estão quase sempre em desvantagem, sendo parcial ou totalmente espoliados de suas terras.

“MY LAND IS A NATION”: QUILOMBOLA TERRITORIES AND STRUGGLE FOR LAND IN CARINHANHA-BA

Abstract: The text aims to analyze the issues of identity and cultural traditions of the descendants of slaves who live in the city of Carinhanha-BA, specifically the quilombola communities called Barra do Parateca

Estreito. Analyzed as residents of communities remaining Quilombo rework their black identity within the group or outside, from interethnic contact. The context in which this identity is activated and updated occurs in conflict situations involving land concentration and the impacts of the installation of large enterprises. In this discussion, the starting point is to update the concept of Quilombo, contextualizing the social processes that engender the identification of ethnic groups surveyed.

Keywords: *Quilombo, Communities, Identity.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanbais do povo”, faxcinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: UFAM, 2008.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

MACKELLENE, Léo; LOPES, Ronaldo S. *et al* (Orgs.). *Carinhanha: Entre Rios de Histórias*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

HALBWACHS, Maurice. “A memória coletiva e o espaço”. In: *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade*. Brasília: Série Antropologia n° 322, 2002.

PINTO, Heldina Pereira. *Os saberes das práticas religiosas da comunidade rural negra de Barra do Parateca: uma articulação com a cultura escolar*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em 23/06/2013. Aprovado em 03/08/2013.